



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1011124-21.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cheque**  
 Requerente: **Ourovan Turismo Ltda ME**  
 Requerido: **Daiane de Souza Galvão ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

**Ourovan Turismo Ltda ME**, representada por Francisco Gasparini Júnior, devidamente qualificada nos autos ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **Daiane de Souza Galvão ME**, igualmente qualificada, alegando, em síntese, que é credora da ré na importância de R\$ 7.326,23 (sete mil trezentos e vinte e seis reais e vinte e três centavos), representada pelo cheque nº 000018 da Caixa Econômica Federal, agência 0348, conta corrente 003004259-2, de titularidade de Daiana de Souza Galvão, no valor original de R\$ 5.500,00, que foi devolvido por insuficiência de fundos, perdendo a eficácia de título executivo.

Juntou documentos às fls. 19/20.

A ré devidamente citada por carta com aviso de recebimento (fls.34) não ofereceu resposta tornando-se revel (fls. 38).

É uma síntese do necessário.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

A procedência do pedido é de rigor.

Citada, a ré deixou de contestar o pedido operando-se os efeitos da revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei

**1011124-21.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do NCPC e a outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

O inadimplemento é aspecto incontroverso na causa.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e CONDENO a ré ao pagamento da quantia de R\$ 7.326,23 (sete mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e três centavos), com correção monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da data de vencimento da obrigação não paga.

Condeno ainda a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% do valor atualizado da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 19 de abril de 2018.